

A catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da
informação: um estudo a partir da percepção das bibliotecárias
do SIBI da UFBA

*The cataloging while an indirect action of information mediation:
a study based on the perception of SIBI librarians at UFBA*

Ana Paula de Jesus Nascimento
paulinha.2493@gmail.com

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Doutora em Ciência da Informação
Professora do ICI/ Universidade Federal da Bahia
Docente colaboradora do PPGCI- UFBA
ana.violista@gmail.com

Recebido em: 28/07/2021
Aprovado em: 03/09/2021

Resumo

A catalogação é uma prática de representação da informação nos seus aspectos físicos e de conteúdo. Realizada com vista à organização e ao uso dos recursos informacionais nas bibliotecas, ela também é compreendida como uma ação indireta de mediação da informação por interferir na busca e recuperação da informação e se tratar de uma atividade intermediária às relações diretas com os(as) usuários(as). Assim, este trabalho teve o objetivo de analisar a percepção das bibliotecárias do Sistema de bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre a catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação, a partir da concepção de Almeida Júnior (2009, 2015). Quanto ao delineamento metodológico, a pesquisa se configura como descritiva, que adotou como método o estudo de caso. Utilizou como técnica a entrevista, com o instrumento roteiro de entrevista para coletar dados com as bibliotecárias integrantes do Setor de Tratamento da Informação do SIBI. A partir dos resultados alcançados, constatou-se que na perspectiva das entrevistadas a catalogação é uma ação de mediação realizada indiretamente de forma consciente, com foco no(a) usuário(a) e que se consolida no uso do catálogo. O que permitiu concluirmos que as bibliotecárias realizam suas práticas de catalogação de maneira consciente e a compreendem como uma atividade indireta da mediação da informação. Ao atuarem de maneira consciente no processo de mediação, essas bibliotecárias utilizam suas potencialidades profissionais e intelectuais, a fim de representar a informação de modo a mediar a busca e recuperação da informação pelos(as) usuários(as).

Palavras-chave: catalogação; mediação da informação; representação da informação; Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia.

Abstract

Cataloging is a practice of representing information in its physical and content aspects. Performed with a view to the organization and use of information resources in libraries, understood as an indirect action of mediation of information for interfering in the search and retrieval of information and being an intermediate activity to direct relations with users. Thus, this work aims to analyze the perception of librarians in the Library System (SIBI) of the Federal University of Bahia (UFBA) about cataloging as an indirect action of mediation of information, based on Almeida Júnior's (2009, 2015) conception. As for the methodological design, the research configures as descriptive, which adopted the case study as a method. It used the interview technique, with the interview script instrument to collect data with the librarians who are members of the Information Processing Sector of SIBI. From the results achieved, it found that in the perspective of the interviewees, cataloging is a mediation action carried out indirectly in a conscious manner, with a focus on the user and consolidated in the use of the catalog. This allowed us to conclude that the librarians carry out their cataloging practices in a conscious manner and understand it as an indirect activity of information mediation. By acting consciously in the mediation process, these librarians use their professional and intellectual potential, in order to represent information in order to mediate the search and retrieval of information by users.

Keywords: cataloging; mediation of information; information representation; University Library System of the Federal University of Bahia.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca se constitui como uma importante unidade de informação para a sociedade, cuja função preponderante é promover o acesso à informação e ao conhecimento. Das práticas biblioteconômicas realizadas para manter a organização e a funcionalidade das bibliotecas, a catalogação se apresenta como essencial no exercício da função mediadora da área, uma vez que, tem como objetivo a descrição física e temática dos itens informacionais que compõem um acervo, o que por consequência gera uma melhor recuperação e acesso da informação pelo(a) usuário(a).

Segundo Prado (1992, p. 38), “[...] catalogar é registrar tudo o que há na biblioteca, para que o leitor possa saber o que nela existe e qual a sua localização [...]”, estes registros são realizados de modo a representar tanto as características físicas quanto as temáticas de cada item, tais como: o título, o autor, a editora, o local de produção, o número de páginas, a extensão física, o seu conteúdo, a classificação temática, entre outros atributos. Tais características abrangem assim a representação física e temática dos itens informacionais que juntas compõem a catalogação, como afirmam Mey e Zafalon (2009, p. 3) “[...] entende-se a catalogação como o constructo da representação dos registros do conhecimento em todos os seus aspectos, tanto

descritivos quanto de conteúdo [...]”, portanto, optou-se por adotar o entendimento das referidas autoras neste trabalho.

A catalogação é uma prática realizada pelos bibliotecários, que além dos conhecimentos técnicos, fazem uso da cognição, de suas experiências profissionais, pessoais e culturais para sua elaboração. É através desta prática que os catálogos, online e físicos, são elaborados tornando-se assim o principal instrumento de busca, recuperação e acesso da informação com rapidez e facilidade (SILVA, 2016). Sendo assim, a catalogação se apresenta como uma das atividades mais importantes para a mediação da informação nas bibliotecas, por proporcionar de forma indireta a mediação entre informação e usuários(as), que é expressada principalmente na elaboração e na utilização dos catálogos.

Diante do exposto, este artigo teve como objetivo analisar a percepção das bibliotecárias do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sobre a catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação, a partir da concepção de Almeida Júnior (2009, 2015).

Para tanto, a pesquisa se configura como estudo de caso, que teve como campo de análise o Núcleo de Tratamento da Informação do SIBI da UFBA, trazendo assim a percepção das bibliotecárias que vivenciam esta prática em sua rotina de trabalho.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de enfatizar a prática da catalogação como ação indireta de mediação da informação, que permite aos(as) usuários(as) ter conhecimento sobre os itens que compõem o acervo de uma biblioteca através de seu principal produto: o catálogo. Evidenciando assim, que não se trata de uma prática estritamente mecânica, mas que utiliza do cognitivo e do intelecto do profissional na elaboração de registros bibliográficos que expressam a representação da informação, o que a caracteriza como mediadora entre informação e usuários(as), e sobretudo que esse processo de interferência do(a) bibliotecário(a) nestas práticas indiretas de mediação da informação, como representação descritiva e temática, ocorra de maneira consciente.

2 CATALOGAÇÃO: representação da informação, catálogos, códigos e formatos

A catalogação se constitui como uma importante prática da Biblioteconomia que consiste na descrição concisa das características físicas e de conteúdo dos materiais que compõem o acervo de uma unidade de informação. Esta descrição é feita de forma a representar o que é essencial sobre o documento, com vista à organização e ao uso da informação, como afirma Novellino (1996, p. 38) “[...] a principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada.”

Por ter como sua principal função a representação de cada item do acervo nos aspectos físicos e de conteúdo, a catalogação também pode ser dividida em representação descritiva e representação temática como constatam Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p.28).

Portanto, a representação da informação pode ser subdividida em representação descritiva e representação temática. A primeira representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. [...] A segunda detém-se na representação dos assuntos dos

documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes.

A partir dessa percepção compreende-se que esta divisão é fomentada principalmente por questões teóricas que viabilizam melhor os estudos da área, mas é importante considerarmos que juntas as representações descritiva e temática formam o registro bibliográfico do documento, que é elaborado durante a prática da catalogação. Possibilita assim, a representação de cada item do acervo de forma a especificá-los e reuni-los por suas relações, proporcionando a organização e apresentação dos materiais informacionais aos(as) usuários(as) de maneira que eles possam ter acesso à informação que necessitam de forma objetiva, como afirmam Mey e Silveira (2009, p. 7) ao definir a prática da catalogação como

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Durante a elaboração do registro bibliográfico de um documento são definidos os pontos de acesso do mesmo, que são os termos escolhidos para a sua descrição podendo ser utilizados pelos(as) usuários(as) para a busca e recuperação da informação como o título, os responsáveis pela obra, o assunto, editores, o tipo de suporte do documento, entre outros. Os pontos de acesso também são responsáveis pela reunião de documentos com características semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica (Maimone; Silveira; Talamo; 2011), e ainda organizam de forma lógica a estrutura e a apresentação dos catálogos.

O catálogo é definido por Mey (1995, p. 9) como um “ canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s).” Ou seja, o catálogo é o principal produto da prática da catalogação, que simboliza um dos importantes meios de comunicação entre a biblioteca e os seus usuários e suas usuárias por lhes possibilitar a busca e a recuperação da informação. Seja por intermediação do(a) bibliotecário(a) ou individualmente, é através da consulta ao catálogo que os(as) usuários(as) podem tomar conhecimento de tudo que a biblioteca possui em seu acervo, bem como de localizar a informação que necessita sem precisar consultar todos os seus itens.

O primeiro a definir os objetivos do catálogo foi o bibliotecário americano Charles Ami Cutter ao elaborar e publicar o código de catalogação *Rules for a dictionary catalogue*, que teve sua primeira edição em 1876 e a última em 1904. Estes objetivos se consagraram e são considerados na elaboração dos catálogos até hoje, por evidenciar a preocupação de Cutter em fazer do catálogo um instrumento de intermediação do acesso à informação pelos(as) usuários(as). Neles, Cutter (1904, p. 12, tradução nossa) determinava que o catálogo deve:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual se conhece
 - a. o autor
 - b. o título
 - c. o assunto

2. Mostrar o que a biblioteca tem
 - d. de um determinado autor
 - e. sobre um determinado assunto
 - f. em um determinado tipo de literatura
3. Auxiliar na escolha de um livro
 - g. quanto à sua edição (bibliograficamente)
 - h. quanto ao seu caráter (literário ou tópico).

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), os catálogos evoluíram do manual para os automatizados e, apesar dos manuais ainda serem utilizados, os automatizados oferecem diversas vantagens no acesso à informação pelos(as) usuários(as) devido a uma maior rapidez na busca e uma melhor qualidade nos resultados obtidos. Os catálogos on-line, também denominados em linha e conhecidos internacionalmente como OPAC (*Online Public Access Catalog*) são disponibilizados atualmente por muitas bibliotecas na internet para o público em geral, permitindo o acesso ao seu conteúdo de qualquer lugar e em qualquer tempo.

Com os avanços das TIC, houve um aprimoramento da catalogação cooperativa realizada nos seus primórdios no compartilhamento das fichas catalográficas que guardavam o registro bibliográfico de cada documento. A catalogação cooperativa parte do princípio de que um documento pode ser catalogado uma única vez e o seu registro bibliográfico poderá ser utilizado por outras bibliotecas, havendo assim um menor gasto de tempo e de recursos humanos, o que se tornou mais viável devido a padronização da catalogação passar a ser feita por meio de formatos bibliográficos para uso em base de dados eletrônicas.

Atualmente o formato de intercâmbio de dados mais utilizado é o *Machine Readable Cataloging 21* (MARC 21), um formato padrão de entrada e manuseio desenvolvido inicialmente pela *Library of Congress* (LC) que permite que a catalogação seja legível em computador por meio da interpretação das informações encontradas no registro bibliográfico (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2015). Colabora para que os registros possam ser reformatados para atender os objetivos específicos de cada aplicação, proporcionando o intercâmbio destes registros através da catalogação cooperativa, que contribui para redução de custos e tempo, e ainda, uma melhor organização estrutural dos OPAC.

Os catálogos online são desenvolvidos e mantidos através de softwares ou sistemas elaborados por empresas especializadas em automação e no gerenciamento dos serviços de uma biblioteca ou de um sistema integrado de bibliotecas, tais como o Pergamum, Sophia, Aleph, Biblivre, Multiacervo, Ortodocs e PHL. Estes softwares não gerenciam apenas a atividade da catalogação, eles também são responsáveis por grande parte das funções e rotinas administrativas da biblioteca, bem como dos serviços prestados aos(as) usuários(as). O Pergamum, por exemplo, permite o controle e a realização de serviços importantes de uma biblioteca, contemplando desde serviços internos como o acompanhamento da circulação dos materiais da aquisição ao empréstimo e a geração de relatórios administrativos, até os serviços prestados diretamente aos(as) usuários(as) como levantamento bibliográfico, mensagem de alerta de devolução de material via e-mail, empréstimo, reserva e renovação eletrônica.

A organização estrutural e funcional dos OPAC e dos catálogos manuais só são viáveis devido a padronização da catalogação através do uso de um código de catalogação. Os códigos de catalogação têm como objetivo a normalização do processo

de catalogação, especialmente da descrição dos recursos informacionais e a determinação dos pontos de acesso, por meio de um conjunto de regras estabelecidas.

Segundo Barbosa (1978, p. 26) o primeiro código de catalogação foi redigido em 1839 por Anthony Panizzi e intitulado como as *91 regras de catalogação*, estas regras foram definidas para serem aplicadas aos catálogos do Museu Britânico na Inglaterra. Muitos outros surgiram, atualmente o mais utilizado é o *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR) em sua segunda edição, publicado em 1978 e, por ter sido amplamente utilizado como um código internacional, foi revisado em 1988 tendo sua nomenclatura alterada para AACR 2r, passando assim por numerosas alterações até 2005 (MEY; SILVEIRA, 2009).

As mudanças tecnológicas também influenciaram na forma de normalizar a catalogação. Para contemplar a descrição de recursos informacionais tradicionais e em meio digital, permitindo o alinhamento com as necessidades dos(as) usuários(as), foi proposto um novo código, o *Resource Description and Access* (RDA). Lançado em 2010, o RDA teve sua estrutura baseada nos modelos conceituais FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) e FRAD (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade), com o objetivo de ser um código internacional e substituir o AACR 2r.

Durante a prática da catalogação também é realizada a classificação dos documentos através dos sistemas de classificação, que além de serem usados na organização dos catálogos, possibilitam a ordenação e localização física dos itens no acervo, permitindo que eles sejam organizados e reunidos por assunto como afirma Langridge (1977, p. 19, grifo do autor)

Classificação bibliográfica é comumente usada como sinônimo para classificação em biblioteca. Tanto uma expressão quanto a outra infere o uso da classificação não só para o arranjo do acervo em estantes (algumas vezes chamado de **classificação de estante**) mas também para o arranjo de entradas de assunto em catálogos, índices e bibliografias.

Para Mey e Silveira (2009, p. 175) os sistemas de classificação são “[...] listas estruturadas de assuntos, nas quais estes são representados por códigos numéricos ou alfanuméricos ou, ainda, por símbolos.” Os sistemas mais utilizados internacionalmente são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), ambas utilizam um sistema numérico de base decimal que divide o conhecimento humano em dez classes numeradas de 0 a 10. A CDD foi criada por Melvie Dewey em 1876 e tem como sua principal característica a síntese, abrangendo um número imenso de assuntos, mas que não atendem às especificidades necessárias as bibliotecas especializadas como a CDU por ser mais generalista (MEY; SILVEIRA, 2009). Baseada na CDD, a CDU foi sugerida inicialmente por Henri La Fontaine e Paul Otlet na Primeira Conferência Internacional de Bibliotecários, realizada em 1895 na cidade de Bruxelas, atualmente ela abrange todos os conhecimentos e é extremamente flexível (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 85).

Pode-se perceber a partir dos aspectos apresentados, que a catalogação se consolida como uma prática de representação da informação tanto de seus aspectos físicos como de conteúdo, realizada com o auxílio de instrumentos e tecnologias específicos como os códigos, os formatos e os sistemas de classificação. Portanto, nesta pesquisa optou-se por adotar o entendimento de Mey e Zafalon (2009) ao referirem a

catalogação como o fundamento da representação dos registros do conhecimento, tanto dos aspectos descritivos quanto de conteúdo.

Diante deste contexto, podemos evidenciar a relevância que esta prática tem dentre as atividades desenvolvidas pelos(as) bibliotecários(as), quando estes(as) profissionais dedicam a sua rotina de trabalho à prática da catalogação são denominados de bibliotecários(as) catalogadores(as) ou apenas de catalogadores(as). São eles(as) que proporcionam a conexão entre o saber já registrado com o indivíduo que busca a informação (SILVA, 2016), contribuindo para o acesso a saberes por meio da mediação da informação, tema que será abordado no subcapítulo a seguir.

3 A CATALOGAÇÃO COMO UMA AÇÃO INDIRETA DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: o papel do(a) bibliotecário(a)

A mediação da informação é uma ação muito importante no trabalho do(a) bibliotecário(a) e que está presente em todo o seu fazer profissional, para Almeida Júnior (2009, p.92) ela se constitui em

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Seguindo o pensamento de Almeida Júnior, podemos entender a mediação da informação realizada pelo(a) bibliotecário(a) como uma ação de interferência que visa a apropriação da informação pelo(a) usuário(a). Esta interferência é necessária à manutenção da função básica de uma unidade de informação que é de oferecer o acesso de forma eficiente à informação diante a variedade de itens que existem em um acervo. Em 2015, o referido autor ampliou o conceito de mediação da informação, ao defini-la como

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.15).

A partir da reflexão dessa nova definição percebe-se que o autor acrescenta que a partir da apropriação da informação surgem novas necessidades informacionais, estabelecendo assim uma dinâmica na busca do conhecimento. O(a) bibliotecário(a) é um(a) agente mediador(a) da informação que através de seu fazer permite a interação da informação com os(as) usuários(as), como também garante a disseminação e acesso dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca ao seu público. É por isso, que a mediação da informação ocorre tanto de forma implícita quanto explícita, constituindo-se assim em ações diretas ou indiretas, com ou sem a presença física dos usuários(as) (ALMEIDA JUNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 105).

A mediação é explícita quando ocorre nas relações diretas com os(as) usuários(as), podendo elas serem presenciais ou virtuais, como no serviço de referência e na realização de atividades culturais. Ela é implícita quando ocorre de forma indireta

por envolver atividades intermediárias às relações diretas com os(as) usuários(as), estando relacionadas a ações de representação, organização e demais atividades meio, como no momento da aquisição de novos materiais para o acervo e na catalogação (ALMEIDA JUNIOR; SANTOS NETO, 2014; GOMES, 2014). Considerando que a catalogação se configura como uma das atividades indiretas de mediação da informação, reforça-se a relevância do(a) bibliotecário(a) catalogador(a) ter uma postura proativa e consciente em seu fazer, para garantir que por meio do instrumento mediador que é o catálogo, o(a) usuário(a) possa se apropriar da informação e demandar novas necessidades.

Portanto, enquanto uma ação de interferência indireta de mediação da informação, a catalogação consolida-se como uma prática mediadora realizada pelo(a) bibliotecário(a) por ela interferir na busca e recuperação da informação pelo(a) usuário(a). O que exige do(a) profissional a consciência do seu papel de mediador, que age atuando na disseminação da informação ao contribuir na sua disponibilização e acesso, fazendo a mediação entre a informação e os(as) usuários(as). Neste sentido, a respeito da mediação da informação por meio da catalogação Santos Neto (2014, p.38) ressalva que

Atentamos que a catalogação não é uma atividade neutra ou imparcial, mas é intencional e interfere na recuperação da informação pelo usuário. Não é somente uma técnica de elaborar catálogos; possibilita que os itens se relacionem, criando alternativas de escolha no resultado da busca dos usuários e, além disso, permite a localização física do item no acervo físico.

O (a) bibliotecário (a), enquanto catalogador (a), utiliza sua técnica profissional para elaborar registros bibliográficos que aproximam recursos informacionais e usuários(as) através dos catálogos, proporcionando assim que a informação esteja organizada de modo a ser utilizada pelo(a) usuário(a) de acordo com a sua necessidade informacional, como constata Mann (1962, p. 16),

[...] O catalogador deve ser um intermediário entre o escritor e o leitor, procurando avaliar, exatamente, as intenções de um e as necessidades do outro. [...] Para conseguir isto o catalogador precisa compreender o público, prever as necessidades do leitor e empenhar-se de todo modo para tornar fácil e lógica a localização dos livros.

O processo de catalogação deve ser desenvolvido pensando totalmente nos(as) usuários(as), apesar de ser realizado sem a presença direta deles(as). Diante da inviabilidade de consultar todos os materiais que compõem um acervo para suprir a sua necessidade informacional, o(a) usuário(a) pode encontrar o que procura com facilidade e mais precisão através dos registros de representação da informação que foram elaborados e que estão organizados de forma lógica e simplificada nos catálogos, como afirmam Lima e Alvares (2012, p. 36),

A partir do contato com essa representação, o usuário da informação poderá refletir, por um processo de indução, sobre os elementos que constituem o documento representado. A representação não substitui o documento, mas possibilita identificar seus elementos

fundamentais, os quais orientam o usuário para uma tomada de decisão sobre a necessidade de consulta do documento que originou a representação.

Desse modo, a mediação da informação presente na catalogação exige do(a) catalogador(a) o uso de uma técnica de leitura específica, bem como o conhecimento sobre o tipo de material que será catalogado e sobre o público a que ele se destina. Para realizar a descrição física, a descrição temática e a classificação, que constituem as principais etapas do processo de catalogação, o(a) catalogador(a) realiza inicialmente a leitura técnica do recurso informacional que consiste em uma estratégia de leitura utilizada para extrair as informações necessárias que irão compor os registros bibliográficos dos materiais informacionais. Para isto, são analisadas as fontes principais de informação presentes no material, que em relação a monografias impressas (livros, folhetos, etc.) podem ser: página de rosto, páginas que antecedem a de rosto, capa, sumário, introdução, colofão, encartes, apêndices, anexos, glossários, bibliografias, índices, entre outros (MEY; SILVEIRA, 2009).

No contexto da leitura para representação da informação, de acordo com Frizon e Baptista (2015, p. 168), “Por suas características peculiares, o processo de leitura envolve aspectos cognitivos, culturais e profissionais – o que lhe confere, conforme o caso, o status de leitura técnica [...]” tratando-se do uso da leitura como primordial para a compreensão das características intrínsecas do documento, para que assim o(a) catalogador(a) possa representa-lo e torna-lo de mais fácil acesso para o(a) usuário(a), conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – A leitura no processo de representação da informação



Fonte: Frizon; Baptista (2015, p. 168)

Observa-se assim, que a catalogação não se constitui em uma prática mecânica, mesmo sendo desenvolvida com o máximo de tecnologias que estejam disponíveis, mas que utiliza do intelecto, do cognitivo e das experiências profissionais e pessoais do(a) catalogador(a). Diante da atual variedade dos suportes informacionais e das demandas e comportamentos dos(as) usuários(as), o papel do(a) catalogador(a) enquanto mediador(a) da informação, o fazer implícito/indireto, é imprescindível, pois seu fazer contribuirá no processo de apropriação da informação por parte dos(as) usuários(as), mesmo que esse fazer mediador seja indireto. Neste contexto, Mey e Silveira (2009, p. 5) apontam como qualidades indispensáveis ao trabalho do(a) catalogador(a):

- a) Muita leitura, com prazer e entendimento: deve ler, no mínimo, trinta livros por ano. O catalogador precisa ter o hábito e gostar de ler;
- b) Conhecimentos gerais atualizados: o catalogador não pode manter-se afastado do mundo em que vive;

- c) Preocupação em superar a prática irreflexiva e automática de seu trabalho;
- d) Conhecimento dos seus usuários, reais e potenciais;
- e) Abertura quanto às tecnologias e, ao mesmo tempo, consciência do papel circunscrito destas mesmas tecnologias;
- f) Respeito ao passado e, ao mesmo tempo, preocupação com a descoberta do novo, por si próprio e por seus usuários.

Estas qualidades são, via de regra, constantes na rotina desses(a) profissionais, mesmo que não consigam ler uma grande quantidade de livros por ano e não tenham o contato direto com os(as) usuários(as). As autoras também evidenciam o quanto a atividade da catalogação é interdisciplinar, exigindo habilidades que envolvem diversas áreas do saber, característica que também é destacada por Santos (2013, p. [4]) “A Catalogação mantém sua interdisciplinaridade com a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva, a Linguística, a Lógica, e a Comunicação, como processo no desenvolvimento de serviços e produtos.”

Pode-se afirmar que a prática da catalogação além de envolver conhecimentos técnicos biblioteconômicos, necessita da habilidade no uso das TICs e do conhecimento intelectual do(a) catalogador(a), através de suas experiências e competências. O que demonstra que ela não se constitui em uma atividade mecânica ou somente uma técnica de elaboração de catálogos. Ao viabilizar o relacionamento entre os atributos representativos das entidades que constituem os itens informacionais que compõem o acervo, a catalogação pode proporcionar diferentes alternativas de acesso à informação aos(as) usuários(as) e enquanto uma ação de mediação indireta comprova sua relevância para o trabalho desenvolvido nas bibliotecas.

4 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, quanto ao objetivo, se caracteriza como descritiva por pretender levantar informações sobre a catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação. Para Gil (2002, p.42) a pesquisa descritiva propõe “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Se configura ainda, como estudo de caso e quanto a sua abordagem metodológica, ela é qualitativa.

O universo de investigação deste estudo são os(as) bibliotecários(as) do SIBI da UFBA. É importante destacar que a escolha deste sistema de bibliotecas para o desenvolvimento da pesquisa deu-se por sua relevância em oferecer serviços que atendem todas as bibliotecas da UFBA e favorecer à comunidade acadêmica o compartilhamento de seus recursos informacionais, na medida em que é responsável pelos serviços de aquisição de acervo, tratamento da informação e normatização de serviços centralizados e, conseqüentemente, padronizados, facilitando o acesso ao acervo geral da Universidade. A amostra escolhida é composta por três bibliotecárias que trabalham no Núcleo de Tratamento da Informação deste sistema que são responsáveis, dentre outras atividades, pela catalogação dos itens informacionais adquiridos pela instituição e também por elas trabalharem constantemente com esta prática.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela técnica da entrevista presencial do tipo estruturada. É válido citar que a realização das entrevistas foi no dia

17 de março de 2020, antes da suspensão das atividades acadêmicas presenciais da UFBA, motivada pela pandemia do Coronavírus (Covid-19).

5 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise foi realizada com o embasamento na revisão de literatura e para um melhor entendimento na apresentação dos dados e garantia do anonimato das entrevistadas, elas foram denominadas como Respondentes sendo identificadas por letras do alfabeto que vão de A à C. Após a devida transcrição das entrevistas, procedeu-se o tratamento dos dados coletados. Em seguida, após leitura do material, procedeu-se à seleção de trechos considerados relevantes a fim de uma melhor apresentação dos resultados.

Buscou-se inicialmente a identificação do perfil das participantes, para isso foi perguntado o tempo que elas exercem a profissão, o tempo que integram o Núcleo e se possuem algum tipo de educação continuada. Conforme os dados apresentados no Quadro 1, pode-se observar que dentre as respondentes, a maioria já possui um tempo considerável de atuação profissional, bem como de serviço no Núcleo de Tratamento da Informação, tendo experiência e conhecimento sobre as práticas da catalogação.

Quadro 1 – Informações relacionadas ao perfil das bibliotecárias

Respondentes	Tempo que exerce a profissão	Tempo que integra o Núcleo	Formação continuada
Respondente A	28 anos	15 anos	Especialização em Metodologia do Ensino Superior.
Respondente B	30 anos	23 anos	Especialização em Metodologia do Ensino Superior.
Respondente C	12 anos	Desde dezembro de 2019	Ainda não.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quanto ao perfil das respondentes no que se refere a formação continuada, conforme apresentado também no Quadro 1, é possível perceber que das três respondentes: duas possuem especialização, já a Respondente C frisou que ‘ainda não’ possui, indicando que tem a possibilidade de buscar qualificar-se por meio da educação continuada. Foi possível observar que a maioria das respondentes da pesquisa têm buscado ampliar seu conhecimento com cursos de pós-graduação, o que demonstra a preocupação em expandir suas experiências e competências acadêmicas além da graduação.

Após a caracterização do perfil das entrevistadas, o roteiro de entrevista buscou investigar a compreensão das bibliotecárias sobre a mediação da informação, cujas respostas são apresentadas no Quadro 2. É importante salientar que o conceito de mediação utilizado nesta pesquisa foi apresentado às Respondentes no início das entrevistas.

Quadro 2 – Percepção das bibliotecárias sobre o que é mediação da informação

Respondentes	Respostas
Respondente A	O bibliotecário vai ser ali como um agente facilitador para tornar a informação mais acessível, em tempo mais breve e de forma mais organizada. Porque não adianta você ter uma enxurrada de informação e um grande acervo se ele não tem uma organização prática, que você possa acessar a informação que quer naquele momento com maior rapidez e praticidade. Se você tem um acervo que não é organizado, você tem um depósito de livros, você não tem uma biblioteca. E para isso é preciso que você tenha essas normas todas, a parte técnica seja bem organizada.
Respondente B	Eu acho que seria no caso, a gente está assim entre a fonte e quem recebe essa informação, não é? Nós estamos mediando esta informação, entre quem produz e quem recebe. Nós estamos neste meio, fazendo este jogo. Neste meio de campo, entre quem produz e quem recebe a informação.
Respondente C	A mediação da informação seria você estar neste lugar entre esse volume gigante de conhecimento que a humanidade produziu e produz por minuto e olhe lá, e a pessoa, esse usuário que quer uma informação específica para gerar um conhecimento específico. Então está neste lugar de mediar, de ter, fazer uma peneira. É mais ou menos isto, peneirar a necessidade do usuário com o volume de conhecimento que a gente tem.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A partir das respostas do Quadro 2, pode-se inferir que as Respondentes, de um modo geral, consideram a mediação da informação como o produto do fazer biblioteconômico e demonstram ter entendimento do seu papel em promover a apropriação da informação aos(as) usuários(as) através do acesso a representação da informação por meio do uso do catálogo. Neste contexto, evidencia-se a fala da Respondente C que enfatiza que o(a) bibliotecário(a) está no lugar entre o conhecimento já produzido e o(a) usuário(a) que necessita de uma informação específica para gerar um conhecimento específico seu, corroborando portanto com a concepção de Almeida Junior (2009, 2015) que afirma que a mediação da informação é uma ação de interferência que visa atender a necessidade informacional do(a) usuário(a) de maneira parcial e momentânea gerando assim conflitos e novas necessidades informacionais para ele(a). E, ao pensar que esta ação de interferência é realizada de forma consciente ou inconsciente (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, 2015) destaca-se que a Respondente A tem a sua percepção de mediação da informação atribuída a sua função como catalogadora ao afirmar que o(a) bibliotecário(a) torna a informação acessível aos(as) usuários(as) através da organização e destaca o uso das normas e padrões utilizados.

Em seguida, foi questionado se as respondentes se consideram agentes mediadoras da informação. As respostas foram transcritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Percepção sobre a condição de agentes mediadores da informação

Respondentes	Respostas
Respondente A	Eu tenho que me considerar, porque senão eu acho que o trabalho não tem muito sentido. Embora eu não seja aquela mediadora direta né? A gente não é aquela diretamente, que está em contato direto, mas evidentemente que a gente é mediadora.
Respondente B	Me considero. Na verdade, assim, a catalogação recebe, trata e repassa a informação para o usuário, né? Nós recebemos os livros da compra, de doação, nós fazemos um tratamento técnico da informação e esse livro é disponibilizado na base de dados. Então nós estamos fazendo esta intermediação, principalmente com o pessoal da graduação. Então é o nosso papel: receber, tratar, e repassar esta informação através da base de dados da UFBA.
Respondente C	Sim, por pegar esse objeto de desejo de muita gente e colocá-lo de forma acessível para o usuário.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

As respostas apresentadas indicam que todas as respondentes se consideram agentes mediadoras da informação, a iniciar pela Respondente A que tem consciência que atua de maneira indireta no processo de mediação e, apesar de não ter o contato direto com os(as) usuários(as), ela conduz sua prática de catalogação pautada em um sentido, que é promover o acesso a informação. A Respondente B também se considera mediadora ao enfatizar que por atuar na prática da catalogação, se responsabiliza pelo tratamento da informação para que o recurso informacional chegue até o(a) usuário(a) por meio dos canais que são os catálogos, assim como a Respondente C ao afirmar que enquanto catalogadora torna a informação acessível através do processo de representação.

Desse modo, evidencia-se a importância do(a) catalogador(a) como um agente mediador(a) ao realizar a representação da informação aliada a compreensão que possui do seu público, o que possibilita prever as necessidades informacionais desses(as) usuários(as), para assim tornar fácil e lógica a recuperação da informação (MANN, 1969). É válido ressaltar a atividade de catalogação como uma ação indireta de mediação da informação, que deve ser realizada de maneira consciente pelo(a) agente mediador(a).

Para investigar a percepção das bibliotecárias acerca da catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação, optou-se inicialmente por questioná-las sobre a importância da catalogação entre as atividades desenvolvidas nas bibliotecas e se elas realizam a prática com foco no(a) usuário(a), conforme as respostas apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Respostas sobre a importância da catalogação entre os trabalhos desenvolvidos na biblioteca e se a prática é realizada com foco no(a) usuário(a)

Respondentes	Qual a importância da catalogação entre as atividades desenvolvidas na biblioteca?	A prática é realizada com foco no(a) usuário(a)?
Respondente A	É fundamental. Às vezes é um trabalho muito de formiguinha, do dia a dia que muitas vezes até não é valorizado por não estar na linha de frente. Se você não tem uma base disponível como é que você vai pesquisar? Como é que você vai ter acesso a essa informação? E aí tem que ser mesmo o trabalho da catalogação. E a gente tem que procurar ser criteriosa nesta disponibilização.	Sempre, porque a finalidade é o usuário. O usuário é a razão de ser de tudo, tudo que a gente fizer na verdade tem que ser com foco no usuário. Não adianta você botar uma informação, por exemplo, que vai ter um problema ou outro, esse usuário não conseguir recuperar essa informação. Mesmo que a gente não trabalhe diretamente no atendimento, mas a gente trabalha para um público né? Para o usuário, o foco sempre, a finalidade, o objetivo fim é o usuário.
Respondente B	Muito, eu acho a catalogação assim primordial, básica em uma biblioteca. Eu não consigo pensar na biblioteca sem catalogação porque é a catalogação que disponibiliza a informação para o usuário, né? Já de uma maneira prática para pesquisa. Nós conseguimos transformar aquela informação através da catalogação em uma maneira acessível para o usuário.	Sim. Quando a gente procura fazer uma catalogação com qualidade, o usuário perde menos tempo na busca. Se você tem os dados de uma maneira correta na base, você está proporcionando ao usuário isso, né?
Respondente C	O livro é o corpo e a catalogação é a alma da coisa toda. Sem a catalogação como sobreviver no meio de tanto conhecimento. A catalogação veio justamente para tentar organizar. A catalogação é dinâmica.	Sim. Se eu pegar um livro catalogar simplesmente, e não colocar no sistema para o que esse livro veio e o que ele traz, o usuário lá na ponta não vai saber, não vai encontrar nunca. Então eu tenho que colocar de forma que ele possa resgatar lá no final.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com as respostas apresentadas acerca da importância da catalogação entre as atividades desenvolvidas na biblioteca, pode-se observar que as bibliotecárias consideram a prática de total relevância. A Respondente A enfatiza que realizar a representação da informação é fundamental apesar de ser uma atividade interna nas bibliotecas e que por isso não é valorizada por 'não estar na linha de frente'. E, ao retomar a definição da prática atribuída por Mey e Silveira (2009) compreende-se que as respostas das Respondentes B e C são complementares por conjuntamente destacar

a catalogação como uma atividade que fomenta a organização e disponibilização da informação através do trabalho do(a) catalogador(a), que realiza a representação da informação com base nos registros do conhecimento permitindo a interseção destes registros com a necessidade informacional dos(as) usuários(as).

Quando questionadas se a prática da catalogação é realizada por elas com foco no(a) usuário(a), as bibliotecárias enfatizaram que sim. A Respondente A destacou em sua fala que o objetivo da catalogação é o(a) usuário(a), a Respondente B afirma que a prática é realizada com qualidade a fim de proporcionar uma busca mais rápida da informação para o(a) usuário(a), já a Respondente C compreende que a representação da informação elaborada de forma eficiente tem como base a recuperação da informação pelo usuário(a).

Nesse sentido, a catalogação enquanto uma atividade que visa representar a informação, tanto nas suas características físicas como temáticas, proporciona que os(as) usuários(as) identifiquem os elementos fundamentais de um documento e os orienta na escolha sobre a necessidade de consulta do documento que originou a representação (LIMA; LINHARES, 2012).

Por fim, foi perguntado as bibliotecárias se elas consideram a catalogação como uma ação indireta de mediação da informação, conforme as respostas apresentadas no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 – Percepção das bibliotecárias sobre a catalogação como uma ação indireta de mediação da informação

Respondentes	Respostas
Respondente A	Considero. Indireta geralmente porque a gente faz o trabalho técnico e não está muito no corpo a corpo com o usuário. Mas desde quando é para disponibilizar a informação, o objetivo final é o usuário, então evidentemente que a gente é, direta ou indiretamente nós somos mediadoras.
Respondente B	Seria indireta, no caso que nós recebemos o livro, catalogamos e o usuário tem a informação através de uma base de dados. Então aí eu acho que não deixa de ser um pouco indireta né?
Respondente C	Sim, indireta porque eu não estou ali na ponta com o usuário. Quem vai estar lá na ponta com o usuário é a bibliotecária da unidade e as ferramentas que ele vai usar para poder encontrar. Então indiretamente eu estou mediando este conhecimento, estou organizando um pouco desse conhecimento para que ele tenha um acesso um pouco mais facilitado.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Diante das respostas apresentadas, observa-se que a Respondente A frisa que a prática da catalogação é uma ação indireta de mediação por não haver o contato direto com os(as) usuários(as), assim como a Respondente B ao afirmar que os(as) usuários(as) têm acesso ao produto final da catalogação através do catálogo. Neste sentido, a Respondente C destaca que indiretamente realiza a mediação através da organização da informação, facilitando a busca e recuperação para o(a) usuário(a).

Assim, pode-se concluir que as bibliotecárias compreendem a catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação, ao destacarem que a prática proporciona que a informação esteja organizada de modo a ser utilizada pelo(a) usuário(a) de acordo com a sua necessidade informacional. E ainda, ao analisar conjuntamente as falas das Respondentes presentes nos Quadros 4 e 5, confirma-se a compreensão de Santos Neto (2014) de que a catalogação é uma atividade intencional que interfere na recuperação da informação pelo(a) usuário(a) através da representação dos itens documentais, realizada de modo a descrever as suas características específicas, permitindo assim que eles se relacionem através de características semelhantes e criem alternativas de escolha no resultado da busca dos(as) usuários(as), além de permitir a localização física destes itens nos acervos físicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas bibliotecas, ao catalogar, o(a) bibliotecário(a) além de utilizar do seu cognitivo e intelecto, conta com o auxílio de códigos, formatos e modelos conceituais para realizar a leitura técnica dos documentos afim de reunir os dados que irão compor o registro bibliográfico de cada item que posteriormente fará parte do catálogo, um dos principais canais de comunicação entre a biblioteca e o seu público.

Neste contexto, a catalogação também é compreendida enquanto uma ação indireta de mediação por interferir na busca e recuperação da informação e se tratar de uma atividade intermediária às relações diretas com os(as) usuários(as) realizadas nas bibliotecas. O processo de mediação da informação nas bibliotecas se constitui pela interação informação-bibliotecário(a)-usuário(a) e promove a apropriação da informação que satisfaça, de forma parcial e momentânea, uma necessidade informacional, é por isso, que a atividade de representação da informação deve ser desenvolvida voltada aos(as) usuários(as), apesar de ser realizada sem a presença direta deles(as).

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se inicialmente o perfil das bibliotecárias que permitiu a compreensão de que a experiência profissional, oriunda da formação e atuação na área, traz influência no conhecimento sobre a prática da catalogação. Quanto a percepção das bibliotecárias sobre a mediação da informação e se elas se consideram agentes mediadoras, pode-se identificar que elas compreendem a mediação da informação como parte do trabalho do(a) bibliotecário(a) e se consideram agentes mediadoras ao representar a informação de modo a organiza-la e possibilitar que os(as) usuários(as) se apropriem dela através do uso do catálogo.

Na investigação da percepção das bibliotecárias sobre a catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação, inicialmente se constatou que elas consideram a catalogação dentre as atividades importantes que são desenvolvidas nas bibliotecas e por consequência realizam a prática de forma consciente com foco no(a) usuário(a). Neste contexto, evidenciou-se que as entrevistadas entendem que por ser a catalogação uma atividade técnica de representação da informação e que não exige a presença física dos(as) usuários(as), ela se constitui em uma ação indireta de mediação já que a sua finalidade é disponibilizar o acesso à informação por meio do catálogo.

Diante o que foi exposto, destaca-se que a prática da catalogação se constitui em uma ação mediadora realizada de forma consciente e indireta, sem a presença dos(as) usuários(as), que utiliza as potencialidades profissionais e intelectuais do(a) bibliotecário(a) afim de representar a informação de modo a mediar a busca e

recuperação da informação por eles(as). Deste modo, a pesquisa contribui para os estudos acerca da relevância da catalogação na mediação da informação, temática que recomendamos para ser explorada em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan. /dez. 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>. Acesso em: 09 out. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João A. dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98 - 116, maio./ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25. Acesso em: 09 out. 2019.

ASSUMPÇÃO, Fabricio Silva; SANTOS, Plácida. Leopoldina V. A. da Costa. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os formatos marc 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 54-74, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32449>. Acesso em: 09 out. 2019.

BARBOSA, Alice Príncipe; MAIA, Elza Lima e Silva. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro, RJ: BNG/BRASILART, 1978. 245 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

CUTTER, Charles Ami. **Rules for a Dictionary Catalog**. 4 ed. Washington D.C.: Government Printing Office, 1904. Disponível em: <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1048/m1/12>. Acesso em: 24 set. 2019.

FRIZON, Georgeta A.; BAPTISTA, Dulce M. Indexação e representação: uma reflexão diante de novas tipologias documentais. In: BAPTISTA, Dulce M.; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de (Org.). **Organização da informação: abordagens e práticas**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015 251 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. 175 p.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090>. Acesso em: 20 out. 2019.

LANGRIDGE, Derek Wilton. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Rio de Janeiro, RJ: Interciencia, 1977. 120 p.

LIMA; José L. Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lilian. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4, 2012. p. 21-48.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naiara Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367/5596>. Acesso em: 17 maio 2019.

MANN, Margaret. **Catálogo e classificação de livros**. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1962. 338 p.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à Catalogação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Bricquet de Lemos / Livros, 2009. ix, 217 p.

MEY, Eliane Serrão Alves; ZAFALON, Zaira Regina. Diversidade cultural aplicada ao código de catalogação: Utopia ou necessidade? In: CBBBD, **Anais**, São Paulo: FEBAB, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/15263/>. Acesso em: 7 set. 2019.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603/1358>. Acesso em: 12 set. 2019.

PRADO, Heloisa de Almeida. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. rev. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1992. 209 p.

SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da Costa. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n.1, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115044/ISSN19835116-2013-06-01-01-24.pdf;sequence=1>. Acesso em: 28 out. 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **Mediação Implícita da Informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL).**193f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/110288>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SILVA, Dirce Maris Nunes da. **A gestão do conhecimento no serviço de Tratamento da Informação: o caso do SIBI/UFSC.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) – Pós-graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167821>. Acesso em: 11 maio 2019.